

Visão da semana:

Economia a crise de moscou soluções

ESTADO DE SÃO PAULO

Um observador menos avisado, que se pautasse apenas pelos acontecimentos econômicos da semana passada para efetuar algum exercício de previsão a curto prazo, certamente chegaria a conclusões desanimadoras. As tentativas ora empreendidas para solucionar determinados problemas parecem pautar-se por um grau de eficiência que demora a manifestar-se em toda sua amplitude, como que deixando antever que dias amargos não saltarão pela frente. Do quadro geral, resta uma impressão assaz preocupante, seja na área externa ou interna. Sendo vejamos.

A política monetária voltou a ser alvo das atenções, após o anúncio oficial de que a liquidez sofreria novo corte, via aplicações do Banco do Brasil. Não se trata somente do montante envolvido — fala-se em Cr\$ 250 bilhões —, mas também de uma questão de coerência. Com efeito, depois de recomprar maciço volume de ORTN para sanear um pouco o mercado financeiro, as autoridades tomam outra medida que vai justamente na direção contrária, o que demonstra aparentemente uma grande confiança em toda esta "flexibilidade" operacional. No entanto, um dos resultados inevitáveis é a permanência da taxa de juros em patamar extremamente elevado, algo que aponta para uma faca de dois gumes justamente quando o governo espera diminuir a colocação de títulos públicos no open market.

Atualmente, o problema não se situa tanto pelo lado do aperto monetário, conquanto este tenha efetivamente sua funcionalidade. Toda a questão continua centrada na inflação, que não cede a despeito dos sistemáticos ajustes corretivos que estão sendo aplicados. Em termos de receituário, não há o que inovar, pelo contrário, algumas prescrições não cumprem aquilo que se espera delas, talvez por não receberem o devido complemento. No caso, uma franca iniciativa de desindexação, como que indicando que haverá a profunda retravolia tão esperada sem que se toque neste delicado assunto. Ora, as evidências acumuladas ao longo deste período recessivo apontam para um esgotamento nada surpreendente do receituário adotado, e o mesmo poderia ser obtido com qualquer outro conjunto de providências. De nada adianta, portanto, invocar uma guinada na terapia em curso, se não for resolvido o problema da indexação.

Os mais diversos aspectos do sistema econômico nacional mostram-se direta ou indiretamente afetados por isto. O governo vageta no tocante ao controle de preços, à política de exportações — vide os exemplos da soja, do açúcar, do café e tantos outros —, enquanto reza para que medidas relativamente óbvias tragam certo alívio. É o caso da centralização cambial, cujo fim é aguardado para março, como reflexo direto de certa normalização na obtenção dos recursos externos e de

uma confiança quanto ao futuro a curto prazo. Mais especificamente, quanto ao superávit comercial de US\$ 9 bilhões, além de alguns avanços no plano interno em termos de controle do déficit público, por exemplo. A questão que se coloca, todavia, é de que o momento oportuno para a desindexação é justamente este, a famosa fase de ajustamento, que condiciona o emprego de uma série de instrumentos de política econômica de modo bastante peculiar, com vistas a uma fase de recuperação. Posteriormente, haverá aqueles que alegarão não ser possível interromper a retomada para corrigir os vícios da indexação...

Por mais paradoxal que seja, as autoridades relegam a segundo plano alguns aspectos vitais para o controle dos preços, como a comercialização da safra agrícola e a capitalização dos produtores. Aceitam, que se solicite recursos subsidiados para exportar soja, ao mesmo tempo em que procedem de maneira inconsistente mantendo os subsídios ao setor açucareiro, enquanto as lavouras de primeira necessidade deixam de ser amparadas de maneira resoluta. Ao que consta, não se pode atribuir isto a agruras da fase de ajustamento...